

Sociedade Civil e Fronteira: Rondônia (1950-1960)

Desenvolvimento na fronteira amazônica

ANTONIO CLÁUDIO RABELLO¹

Introdução

A década de 50 foi um marco para as políticas de desenvolvimento na Amazônia. Essa afirmação se deve ao fato de que foi durante esse período em que, efetivamente, o Estado brasileiro passou a tratar a Amazônia enquanto área a ser incorporada e iniciou um conjunto de políticas para a região. Entretanto, tais ações traziam algumas características próprias do bloco histórico de então. a) a idéia de desenvolvimento se vinculava primordialmente ao de desenvolvimento econômico b) o modelo de desenvolvimento adotado era prioritariamente urbano-industrial; c) a periferia dos centros dinâmicos da economia deveria ser incorporada dentro dessa lógica, obedecendo a uma divisão territorial do trabalho.

O desenvolvimento e o planejamento como uma nova ordem

Em 20 de janeiro de 1949, na posse de Truman na presidência dos Estados Unidos, uma nova palavra passou a fazer parte do contexto mundial: *subdesenvolvimento*. Pela primeira vez, e de forma arrebatadora, o termo foi aceito e incorporado por diversas nações do planeta.

Antes disso, nenhuma palavra jamais havia sido aceita universalmente no mesmo dia de sua cunhagem. O discurso de Truman tinha subitamente criado uma nova percepção do “eu” e do “outro”. Duzentos anos de construção social do significado histórico-político do termo desenvolvimento foram, naquele momento, vitoriosamente usurpados e transformados. Uma proposição política e filosófica de Marx, subitamente colocada em um pacote tipicamente americano, como uma arma contra o comunismo e a serviço dos desígnios hegemônicos dos Estados Unidos, conseguiu permanecer nas mentes populares e intelectuais pelo resto do século (ESTEVA, 2000. P. 60).

¹ Professor do Departamento de História e do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (PGDRA) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Este trabalho é resultado parcial da pesquisa “Sociedade Civil e Fronteira: Rondônia (1950-1960)”, financiado pelo CNPq.

Uma palavra, um conceito, uma enunciação, que no sentido da violência simbólica de Bourdieu, transfigurava-se em palavra de ordem. Para superar o subdesenvolvimento só restava um caminho: desenvolver-se. Esta crença não diz respeito às palavras, mas em considerar legítimo quem as pronuncia. A potência se transformava em ato, como se fora mágico. O dado era construído pela enunciação, fazendo ver e crer, confirmando ou transformando a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, e por conseqüência, o mundo.(BOURDIEU, 1979. P. 15-16) O desenvolvimento era o único objetivo a ser alcançado para transformar o recém-batizado subdesenvolvido Brasil e o planejamento a sua mais eficaz ferramenta. Essa premissa tornou-se lugar comum durante os anos 50 e derivações desta tornaram-se programas de governo para políticas de Estado, como de desenvolvimentismo. Em cinco anos deveríamos produzir como em cinquenta. Para isso seria necessário o planejamento e a racionalidade, sendo imprescindível incorporar áreas distantes e arcaicas. Era preciso integrá-las ao novo concerto nacional que se construía. Era urgente, como diriam os governos militares posteriormente, fazer com que se desejasse o desenvolvimento, pois esse era um novo plano de metas para a nação subdesenvolvida.

O Desenvolvimento foi traduzido por industrialização e, para esse fim, todos os esforços seriam necessários. Era preciso incorporar novas *gentes* e novas regiões que pudessem atender a essa nova demanda. O abastecimento da indústria com mão-de-obra e com matéria-prima era condição para a superação do subdesenvolvimento e a Amazônia se apresentava como uma possibilidade a ser explorada. Era preciso, então, *criar* e *re-criar* a Amazônia. Era preciso *ligar* e *re-ligar* a região. Era preciso construir caminhos para o desenvolvimento e “... *os caminhos do desenvolvimento se confundem com as estradas da segurança e da sobrevivência do país*”(CARDOSO, 1978. P. 147). Era preciso fazer outra elegia para uma outra região, conforme Francisco de Oliveira, para compreendê-la dentro do cenário, que lograva integrar e homogeneizar a produção e suas relações, pois “*a psicologia do trabalhador regional, cujo caráter é uma mescla de nômade imprevidente e indisciplinado à feição da natureza ambiente, é um fator de surpresas para um trabalho racional e contínuo*”².

² MOURA, Pedro. *Estudos geológicos para pesquisa de Petróleo no Vale do Juruá - Território do Acre.* in Revista Engenharia, Mineração e Metalurgia. Vol. I. Nº 4. 1936. p. 226

O trabalhador que havia não servia para superar o subdesenvolvimento. Era preciso uma nova cultura;

Todavia, por mais que as propostas de superação do subdesenvolvimento e de incorporação da Amazônia apontassem que esse *despovo* que havia na região não era o desejado, os grupos dominantes locais, que se construíram basicamente sobre o látex, se movimentavam nesse novo contexto e reinventavam seu discurso para participar do desenvolvimento nacional.

A década de 50 e a Amazônia

Do ponto de vista das políticas de desenvolvimento construídas a partir da capital federal, para a Amazônia ser incorporada, muita coisa haveria de ser feito. Os anos 50 são, para a Amazônia, um conjunto de ações. O desbravamento da selva e a sua “derrota” para o desenvolvimento carecia de planejamento. Ainda durante o governo Vargas observamos o início das ações. Podemos destacar: a criação do **INPA** – Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (1952), da **SPVEA** – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (1953), da **Zona Franca** de Manaus (1957) e da **RODOBRÁS** – Comissão Executiva da Rodovia Belém-Brasília (1958). O programa de desenvolvimento culminava com a construção de duas grandes rodovias, ligando a “Ilha” Amazônia ao Centro-Oeste: a Belém-Brasília (1959) e a Brasília-Acre (1960). Esse conjunto de ações terá continuidade durante os governos militares. Destacamos as seguintes ações: **SUDAM** – Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (1966); **SUFRAMA** – Superintendência da Zona Franca de Manaus (1967); **PIN** – Programa de Integração Nacional (1970); **INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (1970); Programas de Colonização (1970); Grandes projetos hidrelétricos e rodoviários (década de 70); **Projeto RADAM** – Radar para a Amazônia (1971); **PROTERRA** – Programa de Redistribuição de Terra e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (1971); **POLOAMAZÔNIA** – Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (1974); **POLOCENTRO** – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (1975); **PRODECER** – Programa Nipo-Brasileiro de Cooperação para o Desenvolvimento Agrícola da Região do Cerrado (1975); **POLONOROESTE** – Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (1980).

Tais programas, iniciados nos anos 50 evidenciam que para vencer o subdesenvolvimento o esforço deveria ser nacional. A Amazônia passaria a ter um relevante papel na divisão territorial do trabalho. Passava, desde então, a ser uma região a ser incorporada, mesmo que de forma periférica. Caberia a ela o fornecimento de matéria-prima, sobretudo madeira e minerais, bem como servir como fronteira agrícola. A paisagem amazônica começa a ser modificada. A fronteira precisava ser inventada para tais intervenções.

A invenção da fronteira

Em artigo recente³, fazendo um estudo sobre a constituição de área construídas enquanto fronteiras, considere aspectos referentes à enunciação. Vamos a eles.

“O verbete fronteira alçou vôos que vão além de um dicionário de sinônimos e dos limites impostos por acidentes geográficos. O verbete tornou-se um conceito que, ao tratar de fronteiras internas e/ou incertas, teve como objetivo elucidar mais do que um simples limes. O conceito ganhou ao longo do tempo adjetivos e significações diferenciadas: fronteira aberta, fronteira fechada, fronteira incerta, fronteira controlada, etc. Todas essas re-significações têm por característica comum, independentemente de quem as tenha formulado, alterar a visão anterior em pelo menos um aspecto: a fronteira não demarca simplesmente limite entre um Estado nacional e outro, demarca o limite entre um estado de coisas e outro; entre determinadas características (econômicas, sociais, políticas, etc.) e outras; entre uma região e outra. Estabelecemos assim nossa primeira tese sobre a fronteira: **A fronteira marca a diferença entre duas ou mais regiões. O lado de lá da fronteira é o lugar do diferente**”.

Para que um conceito sobre fronteira possa se tornar efetivamente fecundo para o momento atual, observado como um conceito produzido no campo do poder e/ou intelectual, devemos deixar de ver a fronteira simplesmente a partir do seu produto, devendo buscá-la no produtor. Ou seja, os teóricos buscam identificar as distinções empíricas entre os dois lados da fronteira, quando, primeiramente, deveríamos perguntar: quem opera tal distinção? Pois, quem diz algo, o diz de algum lugar (econômico, político, cultural, etc.), possuindo capital simbólico para tanto. Logo, ao

³ Amazônia: uma fronteira volátil. Revista Estudos Avançados (Dossiê Amazônia). USP. (no prelo)

concebermos tal conceito a partir de sua produção histórica, situada em algum lugar do campo do poder e/ou intelectual, chegamos à nossa segunda tese: **a fronteira, ou melhor, a idéia de fronteira é, antes de mais nada e apenas uma representação**, na medida em que a existência física dela é também produto de construção simbólica.

Mas, se quem fala algo, o faz de algum lugar social determinado, devemos lembrar que as falas sobre a fronteira não foram produzidas na região nomeada enquanto tal. Neste ponto chegamos à nossa terceira tese: **a fronteira é demarcada, por ser entendida como diferente e por não estar enquadrada ou assimilada à visão de mundo hegemônica do enunciador.**

Se a representação de uma fronteira é produzida ou apropriada pelo Estado (o que também é possível), tal construção simbólica recebe um aporte de capital simbólico considerável, no dizer de Bourdieu de um metacapital simbólico. As representações sobre a Amazônia ou as significações sobre a Amazônia se alteraram ao longo do século XX. Tais alterações não foram aleatórias, são frutos de visões de mundo que se expressaram na sociedade civil e, por vezes, conquistaram a hegemonia. Um exemplo disto pode ser percebido nas ações para o desenvolvimento.

Se considerarmos que a construção da direção é histórica e se considerarmos que as relações de força e a capacidade de mudança podem ocorrer, devemos perceber a Amazônia como objeto de disputas. Se as alterações no bloco histórico nos conduzirem para novas representações, apropriações e políticas de desenvolvimento para a região da fronteira, podemos sugerir nossa quarta tese: **a delimitação da fronteira é volátil, logo, a fronteira é volátil.** . Ou seja, pode diluir-se no ar, ao sabor dos interesses em jogo da disputa pela hegemonia e pela significação.

No momento em que trabalhamos, a década de 50, o que observamos foi a construção de uma Amazônia como fronteira para a expansão do capital.

O Desenvolvimento, a sociedade civil e a fronteira do Guaporé

Nosso trabalho de pesquisa consiste em compreender os impactos das políticas de desenvolvimento nacionais no Território Federal do Guaporé (atual Rondônia). Com base em levantamento de dados (escritos e orais), observamos que as classes dominantes locais se posicionavam favoráveis aos programas planejados para a região. Se o Desenvolvimento Industrial brasileiro passava a ser a saída para a condição de subdesenvolvimento, caberia ao Guaporé um papel nesse novo quadro. Entretanto,

por mais que se defendesse o desenvolvimento industrial nacional, as relações de poder estabelecidas no espaço local lutavam para permanecer intocadas, conforme podemos observar.

Devem se preocupar menos com as obras de suntuosidade urbana e olhar para a fixação do homem à terra, procurando estancar o êxodo das populações rurais e dos seringais para o artificialismo das cidades, que exercem pernicioso fascínio sobre a gente simples, pelo luxo e conforto que oferecem. Todos os dias estamos vendo agricultores e seringueiros abandonarem seus sítios e lugares de trabalho para se fixarem nas capitais, atraídos pelo conforto que não encontram no interior.

Mas, por outro lado, não se deve abandonar o homem do interior à sua própria sorte. Ou melhor, à sua má sorte. Incumbe aos poderes territorial e municipal a tarefa de levar aos que fazem a riqueza da região – pelo que produzem na borracha e nos campos – aquilo que os atrai nas cidades: assistência escolas; assistência médica permanente e não uma assistência esporádica; assistência agrícola, com a visita freqüente de um agrônomo e veterinário; direito à participação das regalias conferidas pelos institutos de previdência social [...] ⁴

Do que se tratava a disputa? Tratava-se uma negação da proposição para o desenvolvimento nacional? Não. Tratava-se de uma divisão territorial do trabalho, conforme já havia afirmado anteriormente Cristiano Machado.

Apesar de derrotado por Vargas nas eleições de 50, o programa de Cristiano Machado⁵ para a Amazônia foi vitorioso, pois nele se encerrava o *ser* e o *que fazer* da região. A região era distante, mas deveria ser integrada para o desenvolvimento, pois “*é daqui, da mais remota de suas capitais, que melhor se pode ver o Brasil, no milagre histórico de sua unidade, na sua imensidão e nas esperanças do seu desenvolvimento*”. Era importante para o desenvolvimento e para a industrialização, pois “*riquezas numerosas e de vários tipos, protegidas no arcano das selvas, aguardam o amanhecer*”, que era o único caminho possível para o desenvolvimento, formado por cidades e indústrias que “*serão um dia criadas onde hoje o homem nômade ou solitário apenas divide a paisagem equatorial, revolta e ameaçadora*”. Apesar do discurso de

⁴ MENDONÇA, Carlos. *Programa Municipal para 1951*. ALTO MADEIRA, Porto Velho, 28 de Outubro de 1950. Nº 3635.

⁵ MACHADO, Cristiano. *Este é o Estado e esta é a região em que o homem brasileiro realizará o teste definitivo de sua capacidade*. ALTO MADEIRA, Porto Velho, 3 de Setembro de 1950. Nº 3605, p.4, continua nas pp. 2 e 3.

unidade nacional e com os mesmos objetivos, os irmãos não eram consangüíneos, conforme confidenciou ao dizer que *“falando ontem perante vossos irmãos do Pará, tive ensejo de ventilar, em síntese, os pontos principais em que deverá deter-se a ação dos governos, para um trabalho metódico em favor da Amazônia”*. Havia que se superar as *“ilhas econômicas perdidas numa solidão imensa que damos o nome de municípios. Na realidade, a maioria desses municípios não cria a riqueza efetiva, pois aí se continua a praticar a economia nômade de exploração da floresta”*. E para superar esse estado de coisas era preciso *“substituir essa economia errante e destruidora, por uma economia fixa, que ligue o trabalhador à terra”*. Era esse um programa de governo para as *“unidades federativas, (...) que não apresentam ainda economia evoluída”*. Era esse um programa derrotado, porém vencedor, pois as ações subseqüentes apontavam para o mesmo caminho de integração e de o desenvolvimento industrial. Era esse o caminho para o amanhecer.

A classe dominante local, cujas bases são a produção gumífera, restava manter-se no poder político e econômico e adequar-se a uma nova perspectiva nacional. Era um segmento dominado da classe dominante. Seus organismos mantiveram-se ativos e protagonistas da política local, transfigurando-se ao tempo em que construíam uma nova economia local.

Sociedade Civil: o regional versus o nacional

Um de nossos principais problemas de ordem teórica está em contrapor ou compor o regional e o nacional. Os elementos teóricos gramscianos que utilizamos para analisar os dados nos permitem analisar a correlação de forças e a composição da sociedade civil em nível regional. Nos permitem entender em que medida os organismos da sociedade civil se articulam para compor e defender propostas políticas que, podem ou não, tornar-se hegemônicas. A perspectiva de utilização do conceito de Estado Ampliado, de hegemonia e de sociedade civil se fazem presentes e profícuos.

Todavia, ao pensarmos tal dinâmica local em contraponto ao mesmo movimento, em escala nacional, tal sociedade civil se torna diminuta, ou mesmo inócua, na proposição de políticas. Compõe o quadro da hegemonia nacional, sem entretanto propor ou produzir políticas de âmbito nacional.

Esse pode ser um dilema para o tratamento de questões regionais de fronteira, na medida em que sua História permanece refém dos movimentos que se fazem em escala

nacional. Por conseguinte, qualquer tentativa de compreender o Estado ampliado de Gramsci e a participação da periferia na composição ou oposição ao mesmo (direção/dominação) não é perceptível ou aplicável nesse caso e nesse período, em particular.

Entendo isso, mais do que uma desistência dos conceitos, um desafio para pensá-los considerando um país continental, como o Brasil. Da mesma forma que compreendo que é preciso elaborar novas reflexões dos conceitos, tendo por base nossa contemporaneidade. O que é a sociedade civil e qual sua dimensão em um mundo globalizado? O que é um partido, se considerarmos as diversas mídias existentes?

Referências Bibliográficas

- AUBERTIN, C. (org.) *Fronteiras*. Brasília: Editora da UNB, 1988.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo. Hucitec. 1990
- BECKER, B.; MIRANDA, M.; MACHADO, L. O. *Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território*. Brasília: UNB, 1990.
- BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- BOURDIEU, P. *Razões práticas*. Sobre a teoria da ação. São Paulo. Papirus. 1996
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento: JK-JQ*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1978.
- COSTA, Wanderley Messias da. *O Estado e as políticas territoriais no Brasil*. EDUSP. São Paulo. 1991.
- ESTEVA, Gustavo. *Desenvolvimento*. In SACHS, Wolfgang. *Dicionário do Desenvolvimento. Guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis. Vozes. 2000.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo. HUCITEC. 1997.
- MENDONÇA, Carlos. Programa Municipal para 1951. ALTO MADEIRA, Porto Velho, 28 de Outubro de 1950. Nº 3635.
- MENDONÇA, S. R. *Estado e Sociedade*. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). *História: pensar e fazer*. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e economia no Brasil: Opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro. Graal. 1988.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. *O caboclo e o brabo*. In *Encontros com a civilização brasileira*. v. 11. 1979.
- OLIVEIRA, A. U. de. *Integrar para não Entregar: Políticas Públicas e Amazônia*. Campinas: Papirus, 1991 – Série educando.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*. Paz e Terra. São Paulo. 1977.

RABELLO, A. C. B. *Inventando o outro: representações do desenvolvimento da fronteira na Amazônia*. Belém, 2004, 367 f. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sócio-Ambiental. – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

RABELLO, Antônio Cláudio. *Produzindo a periferia: noroeste do Brasil (1950-1960)*. Dissertação de Mestrado defendida em 1998, no Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal Fluminense.

SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro. Ed. José Olympio. 1955.

VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo. Difel. 1979.